

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# AS FAZENDAS DE REPRODUÇÃO HUMANA: A RAÇA ENQUANTO TECNOLOGIA DO AGRONEGÓCIO NO SISTEMA INTERNACIONAL

Erica Paula Vasconcelos, Virgínio Vicente Mendes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9835>

Submetido em: 2024-09-11

Postado em: 2024-09-13 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## AS FAZENDAS DE REPRODUÇÃO HUMANA: A RAÇA ENQUANTO TECNOLOGIA DO AGRONEGÓCIO NO SISTEMA INTERNACIONAL

Erica Paula Vasconcelos

<https://orcid.org/0000-0003-1261-2912>

<[vasconcelos.ericapaula@gmail.com](mailto:vasconcelos.ericapaula@gmail.com)>

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Virgínio Vicente Mendes

<https://orcid.org/0009-0006-2000-2195>

<[virginiovicente90@gmail.com](mailto:virginiovicente90@gmail.com)>

Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, PR, Brasil

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva denotar o papel da raça enquanto tecnologia do agronegócio no sistema internacional moderno, tendo como pano de fundo o sistema escravista intra-caribenho entre Estados Unidos e o Brasil. Para isso, entende-se que a escravidão intra-caribenha foi central que gerou um grande comércio, com o formato de agronegócio, com a venda de humanos e a produção do açúcar no nordeste brasileiro. Nesse sentido, o principal argumento do trabalho é de que a raça tornou o capitalismo racial enquanto tecnologia central para o sistema internacional colonial para a Europa. De modo a desenvolver o seu argumento, o artigo está estruturado em duas seções. A primeira seção irá problematizar a relação entre raça, capitalismo racial e tecnologia na conjuntura econômica global. A segunda seção irá evidenciar a dimensão tecnológica das colônias com as fazendas de reprodução humana nos EUA no formato intra-americano e intra-caribenho para continuação da exploração da mão de obra negra. O debate presente neste trabalho contribui para produção e entendimento sobre o capitalismo racial, também, como contribuição histórica da escravidão e sua expansão pela América Latina, Caribe até a América do Norte e assim analisá-los de forma multidimensional viabilizando horizontes emancipatórios.

**Palavras-chave:** Raça, sistema internacional, capitalismo racial, tecnologia, agronegócio.

### HUMAN REPRODUCTION FARMS: RACE AS AN AGRIBUSINESS TECHNOLOGY IN THE INTERNATIONAL SYSTEM

**ABSTRACT:** The present work aims to denote the role of race as an agribusiness technology in the modern international system, against the backdrop of the intra-Caribbean slavery system between the United States and Brazil. For this, it is understood that intra-Caribbean slavery was central and generated a large trade, in the form of agribusiness, with the sale of humans and the production of sugar in the Brazilian northeast. In this sense, the main argument of the work is that race made racial capitalism a central technology for the international colonial system for Europe. In order to develop its argument, the article is structured into two sections. The first section will problematize the relationship between race, racial capitalism and technology in the economic context of intra-Caribbean slavery and its structure. The second section will highlight the technological dimension of the colonies with the commercialization of humans from Brazil to the USA and the practice of human reproduction to multiply capital. The debate present in this work contributes to the production and understanding of racial capitalism, as well as the historical contribution of slavery and its expansion throughout Latin America, the Caribbean and North America, and thus analyzes them in a multidimensional way, enabling emancipatory horizons.

**Keywords:** Race, international system, racial capitalism, technology, agribusiness.

## INTRODUÇÃO

[...] muito prolífica em suas qualidades geradoras e oferece uma rara oportunidade para qualquer pessoa que deseje criar uma família de servos fortes e saudáveis para seu próprio uso. (Que a criação de escravos não era tolerada pelos costumes é sugerido pelas palavras finais, que procuravam esconder a possibilidade de que as “qualidades geradoras” do escravo pudessem ser convertidas em dinheiro através da venda dos filhos (DEGLER, 1971, p. 75).

Há motivo que centraliza o interesse em pesquisar a raça enquanto elemento tecnológico no sistema interno, neste artigo, está alinhado com a estrutura de criação de escravos como consequência a expansão da escravatura nos Estados Unidos, sendo esta a única na história mundial que nem na antiguidade, nem na América Latina existia um sistema escravista sustentado principalmente pela reprodução da população escrava. Por isso, quando nos debruçamos em entender a raça enquanto elemento tecnológico mapeamos na história outros elementos que se recria através dela que alavanca outras tecnologias conectadas ao capitalismo racial, conectado a importação e exportação de humanos, conectado ao contrabando de escravos que estão conectados a produção, cultivo e venda de produtos agrícolas como açúcar, café, arroz, especiarias sendo isso um sistema financeiro agroexportador. Ou seja, apesar de se falarmos da criação de escravizados no Sul dos Estados Unidos, poderíamos equiparar a arranjos numa fazenda de gado, já que foram encontrados exemplos de plantações em que as mulheres escravizadas com registros pessoais sendo vendidas como fêmeas que transformaria a prole em dinheiro.

Partindo desses pressupostos, o presente artigo objetiva denotar o papel da raça enquanto tecnologia do agronegócio no sistema internacional moderno, tendo como pano de fundo o sistema escravista intra-americano e intra-caribenho entre Estados Unidos e o Brasil. Para isso, entende-se que as fazendas de reprodução humana dentro do formato da escravidão intra-caribenha foi central que gerou um grande comércio, com o formato de agronegócio, com a venda de humanos. Nesse sentido, o principal argumento do trabalho é de que a raça tornou o capitalismo racial enquanto tecnologia central para o sistema internacional colonial para a Europa. De modo a desenvolver o seu argumento, o artigo está estruturado em duas seções. A primeira seção irá problematizar a relação entre raça, capitalismo racial e tecnologia na conjuntura econômica global. A segunda seção irá evidenciar a dimensão tecnológica das colônias com a comercialização de humanos do Brasil para os EUA no formato intra-caribenho com a prática de reprodução humana. Neste trabalho, vamos falar sobre o capitalismo racial e como ele ajudou a expandir a escravidão na América Latina, Caribe e América do Norte. Vamos analisar esses problemas de forma multidimensional para alcançar objetivos emancipatórios.

## PELOS CAMINHOS CARIBENHOS: A RELAÇÃO ENTRE RAÇA, CAPITALISMO RACIAL E TECNOLOGIA

O autor Kabengele Munanga na obra intitulada *“Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”* (2004), nos direciona a pensar a raça para além do material, daquilo que pode ser analisado a partir da matéria, pelas ciências biológicas, e passa a ser um tipo de filosofia, no sentido de ideologia de vida empregada no contexto social ao ponto de criar limitações, violências, exclusão e até estruturas de explorações para aqueles que não fazem parte da raça definida como superior. Por exemplo, quando o autor traz o conceito etimológico de raça que veio do italiano *razza*, do latim *ratio*, que significa sorte, sendo utilizada também para categorizar espécies de animais e vegetais. (MUNANGA, 2004). Já nas ciências naturais, como na Zoologia e na Botânica, a raça foi usada para classificar as espécies animais e vegetais, por exemplo, a classificação realizada pelo naturalista sueco, Carl Von Linné (1707-1778), para classificar as plantas em 24 raças ou classes, que hoje não é mais utilizada (MUNANGA, 2004).

Porém, a um ponto específico que faz com que a raça seja o elemento de classificação a partir do fenótipo biológico, principalmente dosada pela pigmentação da epiderme. Para isso precisou-se de um via científica reconhecida e respeitada socialmente, por isso, a língua, escrita e o registro, formaram esse caminho de reconhecimento e autenticação desse ideal. A raça passa a ser ensinada e empregada pela gramática do latim medieval, a partir da diferenciação de determinados tipos de descendências e linhagens que nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França, utilizada para autoafirmação dos povos Francos, tidos como nobreza e de origem germânica, se consideravam uma raça distinta e dotados de sangue “puro” (MUNANGA, 2004).

Ou seja, a partir dessa auto afirmação entendemos que se cria uma espécie de equação racial, desenhada da seguinte forma: raça pura (X) é = origem germânica de pigmento branco e de classe rica + (2X) = a habilidades especiais, sendo aptidões naturais como dirigir, administrar e dominar outras raças, esse ‘natural’ relacionado a um presente do divino, celeste, sagrado, Deus e assim há o especial, resultaria em 3X= dominar, explorar, controlar, os outros povos de forma legitimada. Ou seja, os povos que se enquadrassem nessas categorias de diferenças morfo-biológicas notáveis, pertencentes a outras classes sociais. Além disso, Munanga, aponta marcadores que se cristalizou essa demarcação racial que influenciou as áreas do conhecimento científico e da religião, que dialoga com a visão de Web Du Bois (1925), em *“Mundos de cor”*, afirmando que a raça tornou-se a ferramenta de controle através da violência, sendo ponto determinante dos imperialistas presentes

tanto na Primeira Guerra Mundial quanto em toda a escala global. Sendo personificada através da linha de cor, que inclui a relação entre as raças de homens mais escuros e mais claros na Ásia e na África, na América e nas ilhas do mar (DU BOIS, 1925; MUNANGA, 2004).

Para além disso, existem outras implicações sobre a materialização da raça que estão conectadas entre si e possuem suas especificações individuais, a partir disso, iremos entender, não quando mais como, se formula a relação entre raça, capitalismo racial e tecnologia no sistema internacional. Sendo que foi a partir desse internacional que se houve a necessidade de desenvolvimento de tecnologias para que os centros lucrassem e acumulassem o capital. Essa relação é bem demarcada na monografia de Malm's intitulada “*Fossil Capital*”, onde o autor descreve sobre a grande produção de fósfil através da exploração de uma classe, racializada proletária, ao surgimento da energia a vapor e dos combustíveis fósseis. Nessa conjuntura, a economia fósfil, que ele caracteriza por “uma cimentação de tecnologias baseadas em combustíveis, desviando alternativas e obstruindo políticas de mitigação da mudança climática: um fruto envenenado da história” (MALM, 2016, p. 152).

Sendo que, ele traz centralidade as tecnologias enquanto fator que reduziu a alta necessidade da mão-de-obra escravizada, porque, os motores a vapor movidos a carvão ocasionavam as características espaciais e temporais que a água não podia ser transportados do campo para a cidade, e por isso, o vapor liberou o capital de sua dependência de reservas espacialmente contingentes (MALM, 2016, p. 152; JOBSON, 2020). Porém, por outro lado, criou novos impedimentos à subversão pelo trabalho organizado mediante novas formas racializada para acumulação de capital, já que “vapor gera capital — não o contrário” (MALM, 2016, p. 152), pois, o processo da “difusão [da maquinaria automática] na indústria do algodão precisa dos operários para gerar a matéria-prima, o algodão, necessária para possibilitar esse desenvolvimento (MALM, 2016; JOBSON, 2020).

Nesse sentido, a raça é representada pela objetivação/maquinário colocada sobre o operário que surge de uma estrutura já racializada, apesar do Malm não mencionar o papel da centralidade da escravidão atlântica para a ascensão do capitalismo industrial moderno, sendo essa lacuna na contextualização histórica do autor, outros críticos da economia política postulam sobre a centralidade da escravidão no capitalismo industrial. Segundo Pedro Regalado em “*They Speak Our Language... Business: Latinx Businesspeople and the Pursuit of Wealth in New York City*” que à expropriação de terras e matérias-primas, da escravidão, mas se estende à produção sem precedentes e sujeitos distintamente racializados como a forma ideal de força de trabalho comoditizada (REGALADO, 2020).

Porque“ foi a escravidão que deu valor às colônias, foram as colônias que criaram o comércio mundial, e o comércio mundial é a condição necessária para a indústria mecanizada em grande escala (REGALADO, 2020, p. 223).” Nesse sentido, o autor menciona que as “novas histórias do capitalismo” e suas descontentes reivindicações devem ser consideradas já que é notório que a escravidão foi essencial, um exemplo disso foi o surgimento da Revolução Industrial na Europa que os escravizados foram colocados na linha de frente dos combates e nas trincheiras (REGALADO, 2020). Por isso, não repudiamos as questões do capitalismo por Marx, mas, precisamos voltar nossas atenções para os teatros coloniais da proletarianização, pela fundação do capital racial, na extensão em que a escravidão gerando o excedente produtivo necessário para abastecer as fábricas têxteis inglesas e principalmente na produção de sujeitos racializados que eram os trabalhadores dentro deste contexto.

Sendo esses “outros” internos da Europa” já estavam sujeitos a formas de expropriação racializada, colonialismo interno e servidão contratada que é a escravidão, para o fornecimento da expansão europeia, apropriação de terras e escravização de povos ao longo dos séculos, sendo este sistema fator fundamental para a ordem global (BARDER, 2021). Ainda nesse gancho, o autor Cedric Robinson (2018) afirma que o antigo sistema feudal se tornou no novo sistema capitalista (ROBINSON, 2018). Esse sistema, tanto no antigo quanto no novo, se desenvolve precisando dos elementos: o escravo (racializado), a apropriação de terras (ação tida como legítima por entidades religiosas e monarcas pela declaração de catequização dos incivilizados) e a escravidão (enquanto sistema econômico que surgiu pela hierarquização racial e outros discursos) ele é um capitalismo dependente da raça e por isso racial.

Em *“Introduction: The Old History of Capitalism”*, os autores explicam que essa estrutura fomentou o capitalismo racial porque este é um processo dependente das principais dinâmicas que envolve: acumulação/desapropriação, crédito/dívida, produção/excedente, capitalista/trabalhador, desenvolvido/subdesenvolvido, contrato/coerção e outros, em que estes acontecem por meio da raça (JENKINS & LEROY, 2020, p. 7, tradução nossa). Ou seja, para que o capital se acumule, historicamente, não seria possível se não tivesse as relações de desigualdade racial existentes, sendo este produto do sistema colonial e alimentada pela continuação do racismo. Os autores ainda destacam que esse processo funciona de duas maneiras.

A primeira refere-se às desapropriações violentas para acumulação de capital que operam intensificando e criando distinções raciais (JENKINS & LEROY, 2020). A segunda maneira também parte da utilização da raça como ferramenta de naturalização de desigualdades produzidas pelo

próprio capitalismo, que, além disso, a raça promove a distribuição desigual de recursos, poder social, direitos e privilégios (JENKINS & LEROY, 2020). Esta criada dentro do próprio capitalismo já racializado e maleável, que se configurou no sistema dos métodos de exploração e expropriação com populações racializadas para produção e acumulação no sistema da escravidão, o colonialismo e o confinamento. Essa movimentação do capital, dentro do sistema escravocrata, desencadeou a criação das companhias estatais para fornecer escravos e estimular a produção de açúcar, algodão e outros cultivos no Nordeste brasileiro. (GOMES, 2019).

Que Robinson afirma ser essa estrutura fundamental para o funcionamento do capitalismo racial, este surge através das forças do racismo e do nacionalismo dentro da estrutura de organização de produção e troca, como foi o caso da sociedade feudal (ROBINSON, 2018). Que foi, por muito tempo, o sustento da burguesia europeia da idade média, com o mercantilismo administrado pelas monarquias absolutas do período tradicional de transição do feudalismo para o capitalismo (ROBINSON, 2018). O capitalismo racial foi sustentado pela ideologia do nacionalismo, assumindo o caráter de capitalismo moderno justificado na junção entre nacionalismo moderno e o surgimento dos estados modernos, que exigiu a combinação de fatores políticos, morais e econômicos intrincados na estrutura da evolução ocidental (ROBINSON, 2019). Esse capitalismo racial se expande através das navegações atlânticas, que estava dentro do sistema entre as anarquias competitivas, já que cada burguesia nacional ficou em oposição às outras como inimigas naturais.

Apesar de que tem se falado que o capitalismo racial é um modismo atual que está contaminando a academia, o termo capitalismo racial discutido na obra *“Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition”*, de Robinson (2000), já tinha surgido pela primeira vez no contexto de lutas para acabar com o apartheid e a supremacia branca na África do Sul dos anos 1970 (ROBINSON, 2000). Isso provocou um grande debate entre intelectuais e ativistas da causa, por isso, alguns destes utilizaram o termo para explicar as condições econômicas raciais únicas da África do Sul, enquanto outros o descartaram como um estratagema dos marxistas brancos que buscam fazer da raça a invenção do conflito de classes (ROBINSON, 2000; JENKINS & LEROY, 2020). O termo finalmente encontrou algum sentido em 1983 na fala de Neville Alexander, que esteve na luta junto com o Nelson Mandela, que fundou o Fórum Nacional que incluiu ao termo ‘capitalismo racial’ no manifesto, destacando um trecho abaixo:

Nossa luta pela libertação nacional é dirigida contra o sistema de capitalismo racial que mantém o povo da Azânia [África do Sul] em cativeiro para o benefício da pequena minoria de capitalistas brancos e seus aliados, os trabalhadores brancos e seções reacionárias das classes médias negras. A luta contra o apartheid não é mais

do que o ponto de partida para os nossos esforços de libertação. O apartheid será erradicado com o sistema de capitalismo racial (JENKINS & LEROY, 2020, p. 9, tradução nossa).

Ou seja, Robinson extraiu esses discursos e desenvolveu o conceito de capitalismo racial pautando-se na descrição de um sistema específico para uma forma de entender a história geral do capitalismo na modernidade. Centralizando as formas envolvendo a diferença social em diferenças de classe mais universais, que os autores Jenkins e Leroy (2020) complementam “a emergência do capitalismo na Europa seguiu um caminho cortado por formas feudais de particularidade social, acentuando-as e transformando-as na noção moderna de raça” (JENKINS & LEROY, 2020, p. 9, tradução nossa).

Dessa forma, para Robison (2000) o conceito de raça e do capitalismo não se rompiam, ao contrário, ambos se intensificaram, principalmente nas dinâmicas sociais do feudalismo (ROBINSON, 2000, p. 34). Fator levantado pelo próprio Marx sobre a temporalidade histórica sobre o surgimento do capitalismo, quando ele pondera que “a descoberta de ouro e prata na América, a extirpação, escravização e sepultamento em minas da população aborígine, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um labirinto para a caça comercial de negros, sinalizou o alvorecer rosado da era da produção capitalista (MARX, 1992, Apud, JENKINS & LEROY, 2020, p. 10, tradução nossa), sendo isso nada mais do que a própria acumulação primitiva, esta é composta por estes processos históricos de separação entre produto e meios de produção.

Por isso o capitalismo racial é caracterizado como maleável, já que se modelou no sistema dos métodos de exploração e expropriação com populações racializadas para produção e acumulação no sistema da escravidão, o colonialismo e o confinamento. Essa movimentação do capital, dentro do sistema escravocrata, desencadeou a criação das companhias estatais para fornecer escravos e estimular a produção de açúcar, algodão e outros cultivos no Nordeste brasileiro. (GOMES, 2019). Um outro ponto, é abordado pelo autor Eric Williams (2012) em “*Capitalismo e Escravidão*”, apesar dele não diretamente do capitalismo racial ele descreve que o capitalismo foi o fornecedor de um estoque de capital, que durante a Revolução Industrial se desenvolveu muito através das produções do açúcar, tabaco e algodão nas grandes plantações e hordas de trabalhadores baratos (WILLIAMS, 2012). Essa formação pré-capitalismo foi uma forma de tecnologia colonial que se tornou mundial (WILLIAMS, 2012).

Ou seja, partimos de duas premissas, nesse sentido, a primeira que já mencionamos antes, do capitalismo racial ser o vetor do desenvolvimento tecnológico, da maquinaria, indústrias artesanais, mapas, bússolas, cartografias, sendo essa tecnologia no sentido de produção de elementos para a continuação da expansão colonial. Já a segunda premissa parte da narrativa de que o capitalismo racial é a própria tecnologia, que Quijano (2000) vai reiterar que foi dessa forma que iniciou a constituição da América dentro do capitalismo fortemente colonial, moderno e eurocêntrico que se padronizou como o poder mundial (QUIJANO, 2000).

Nesse sentido, a descoberta das Américas foi a chave para a grande movimentação do capital, que desencadeou a criação das companhias estatais para fornecer escravos e estimular a produção de açúcar, algodão e outros cultivos no Nordeste brasileiro. Com, por exemplo, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, o que tornou o tráfico negreiro um investimento inteiramente privado, parafraseando Eric Williams (2012) “o capital gerado pelo comércio negreiro no Caribe teria sido suficiente para financiar a Revolução Industrial inglesa no final do século XVIII” (WILLIAMS, 2012, p. 55; GOMES, 2019).

Partindo desses pressupostos, a descoberta das Américas, além de servir para a expansão do capitalismo racial, introduziu novas práticas de execução hipotecária no século XVII para expropriar as terras mantidas por nações nativas (K-SUE, 2021). Sendo esse modelo uma inovação que possibilitou parâmetros e pressupostos do empreendimento colonial, o que nos direciona a entender a relação do capitalismo racial com a inovação financeira, especialmente quando se espalhou pelas colônias para se tornar prática cotidiana nas transações entre europeus nelas (K-SUE, 2021). Ou seja, a partir dessa expansão do capitalismo racial, a operacionalização da racialização com a exclusão serviram para a evolução dos elementos cruciais do mercado de terras que foi central para o crescimento econômico, além da sua expansão com a criação de tecnologias e a entrada do Nordeste baiano nesse comércio. Na seção seguinte iremos delinear como se conjecturou a relação entre EUA com o Brasil através da economia escravista, no formato intra-caribenho, centralizando os olhares para a estrutura das fazendas de reprodução humana.

## AS FAZENDAS DE REPRODUÇÃO HUMANA: A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E EUA NA ESCRAVIDÃO INTRA-CARIBENHO

As ‘fazendas de reprodução humana’, abordada por Carl Degler (1971) na obra “*Neither black nor white : slavery and race relations in Brazil and the United States*”, se torna prática mais frequente depois da proibição da escravidão em que o comércio de escravizados permaneceu aberto no Brasil, enquanto nas outras partes do Atlântico estava sendo proibido. Sendo que já tinha sido encerrado nos EUA, isso manteve os escravizados brasileiros e os negros livres em ligação com a África, que felicitava a continuação do fluxo de escravizados entra no país, enquanto nos Estados Unidos já não entrava mais (DEGLER, 1971). Esta continuação do fluxo escravista demonstrou a íntima ligação entre o Brasil, que até 1905, ou seja, quase vinte anos após a abolição, os navios navegavam entre a Bahia (na cidade de Salvador) até a Nigéria.

Como justificativa pela existência das fazendas reprodutoras, foi que constatou-se o aumento natural de escravizados em determinada região, composto, em maior número, pelo sexo feminino, e com o menor número o sexo masculino, sendo isso nos Estados Unidos, mediante censos populacionais demonstram para diferenciar os escravizados por sexo foi o de 1820, demonstrando a proporção de 95 mulheres para cada 100 homens (DEGLER, 1971). Consequentemente, para manter os altos lucros com a comercialização de escravizados, os empreendedores, fazendeiros, políticos, etc., recorreu ao sistema reproduções que aconteciam nas fazendas, estas eram conhecidas por serem as fazendas reprodutoras que “tinhas fêmeas para traduzir a prole em dinheiro” (DEGLER, 1971, p. 81, tradução nossa).

Essas fazendas eram muito comuns no Sul dos Estados Unidos, que ainda conservava uma movimentada criação de escravizados, outro fator nestas fazendas era que além da exploração física e sexual das mulheres escravizadas ocorria também uma alta exploração pecuária, porque, acreditava-se que a melhor mão de obra nas plantações eram as das mulheres negras, que superaram os homens escravizados, restando como solução a reprodução sistemática. Estas ações foram registradas por escritos pessoais de fazendeiros demonstrando nitidamente que compravam fêmeas para traduzir a prole em dinheiro, para a venda destas, eram anunciadas em jornais (DEGLER, 1971). Também, há registros de processos judiciais no Mississípi (região costeira do sudeste dos Estados Unidos) em 1858, um fazendeiro demandante (que iniciou a ação judicial).

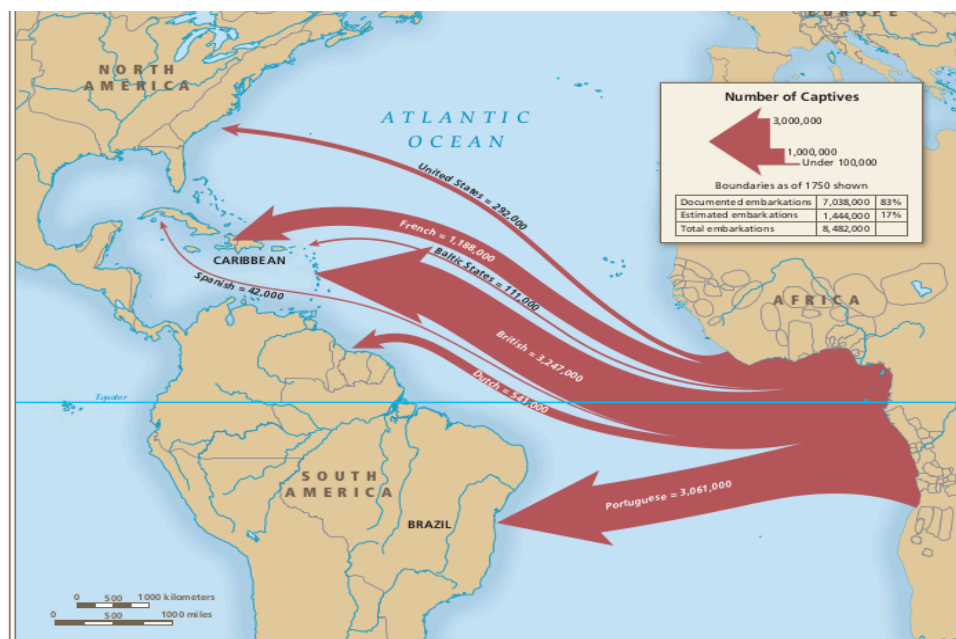
Partindo destes pressupostos, partimos da afirmação que a conexão entre EUA com o Brasil, e também Caribe, se deu através da dinâmica comercial de humanos, que acontecia em grande escala

tanto no formato intra-americano quanto no intra-caribenho, isso aumentou a demanda da mão de obra negra intensificando ainda mais a captura de escravizados na África. Ambas as formas de escravidão desencadearam ou facilitaram revoltas, revoluções, crises e guerras. Essa conexão entre EUA com o Brasil fortaleceu-se ainda mais pós o decreto sobre o fim da escravidão proclamada pela princesa Isabel ao assinar a Lei Aurea em 1888, se mantendo no Atlântico, a escravidão com os navios mercantes com milhares de negros escravizados nos seus porões levados para os EUA que já tinha “proibido a escravidão lá”.

Em “*Atlas of the Transatlantic slave trade*” Eltis e Richardson (2010) traz uma ampla historiografia sobre a escravidão atlântica e suas rotas em terra e nos rios, onde ele destaca os tipos de escravidão. São estes autores descrevem dois tipos de movimentação escravista que foram essenciais entre os séculos XVI e XVII (1500- 1800), contabilizando mais de 15.000 (quinze mil) embarcações escravistas movimentando esse comércio, com maior concentração entre 1731 à 1800 ((ELTIS & RICHARDSON, 2010). O primeiro formato da comercialização escravista, foi chamado ‘intra-americano’, que expandiu a venda de cativos, depois que chegaram nas encostas das Américas por mais adentro, com o comércio escravista levado pelos rios, e fluentes.

O que inclui a operacionalização da comercialização de escravizados se expandindo tanto entre os países do continente americano, isso envolve de países para países e de estado para estado, como no Brasil. Isso é exemplificado nos mapas trazidos na dissertação intitulada “*Dos navios negreiros ao desembarque em Salvador-BA: o papel da cidade na formação do sistema internacional moderno (2024)*” traz tanto o mapa contendo dados sobre o comércio de escravizados de várias partes da encosta africana para América do Norte e do Sul entre 1642-1807, abaixo está o mapa mostrando o formato intra-americano.

**Mapa 2: Escravidão Intra-Americana (1642-1807)**

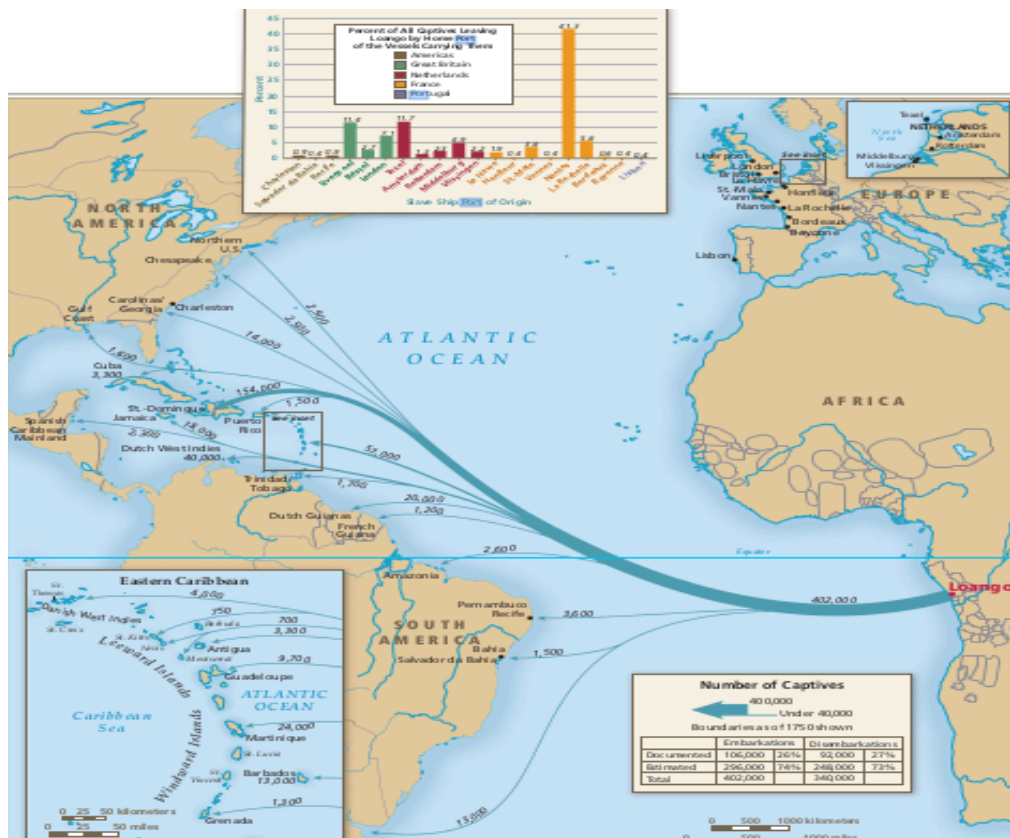


Fonte: ELTIS & RICHARDSON, *Apud*, VASCONCELOS, 2024, p. 98

Neste Mapa 2, as setas vermelhas mostram a quantidade de viagens realizadas mediante nacionalidades dos países. Nota-se que, o maior número, foram realizadas pela Inglaterra com 3,247,00 (três milhões duzentos e quarenta e sete mil), em seguida Portugal com 3.061.000 (três milhões e sessenta e mil), depois França 1.188.000 (um milhão e cento e oitenta e oito mil) e por últimos Estados Unidos 292.000 (duzentos e noventa e dois mil) (VASCONCELOS, 2024). Estes traficantes, considerados grandes empresários, lideravam o comércio intra-americano para fomento de outras atividades econômicas entre si e em seus países. Havia, por exemplo, um conjunto de empresas de navios negreiros que eram patrocinadas pelo estado que funcionavam como empresas privadas, entre estas estavam a de Portugal e da Inglaterra.

Os comerciantes destes portos, além da venda de escravizados, os exploravam para a caça à baleia, controlavam os serviços bancários, alimentavam o comércio com a China (para o mercado de chá e ópio). Observando o mapa, além de termos aproximadamente a numeração referente a quantidade do fluxo de escravizado do embarque no continente africano e o desembarque em diferentes países da América, podemos delinear a movimentação econômica, desencadeada através da comercialização humana realizada por Portugal e pela Inglaterra. No mapa abaixo entenderemos como estava estruturada a escravidão intra-caribenha.

**Mapa 3: Escravidão Intra-Caribenha (1556-1807)**



**Fonte:** ELTIS & RICHARDSON, *Apud*, VASCONCELOS, 2024, p. 102

Neste Mapa 3, o comércio chamado de ‘intra-caribenho’ com grande fluxo da comercialização de escravizados africanos, gerido entre Américas (Norte e Sul) com o Caribe e suas ilhas, tanto por vias terrestres quanto marítimas. Além disso, ainda tinha duas principais atividades econômicas geridas e controladas pelos Estados Unidos. A primeira começou pela instigação do alto fluxo constante de escravizados nos portos brasileiros para o Rio da Prata, tanto por vias terrestres a partir de portos importantes como Salvador da Bahia e Rio de Janeiro (ELTIS & RICHARDSON, 2010). Este percurso também era utilizado para transportá-los para uma região chamada de Nova Espanha (o território espanhol no sudoeste dos Estados Unidos), enquanto no percurso, os escravizados iam sendo comercializados pelo México, América Central, também para as Índias Ocidentais e Filipinas (ELTIS & RICHARDSON, 2010).

De fato, o maior lucro era dos Estados Unidos, já que este criou uma espécie de tarifa alfandegária para mercadoria humana, recebendo 15% por cativo que chegasse nos portos nas Caraíbas Orientais, Caribe e nas ilhas como Dominica, São Vicente, Santo Eustáquio, e pequenos cativos distribuídos por São Bartolomeu recentemente chegaram da África para outras ilhas (VASCONCELOS, 2024). Também, podemos perceber que no mapa 3 mostra o gráfico com as porcentagens referente às distribuições dos escravizados nos maiores e centrais portos marítimos, como: América do Sul (Salvador-Ba 0,4%, Recife 0,9%), Grã-Bretanha (Liverpool 11,4%, Bristol 2,7%, Londres 7,1%), Holanda (Texel 11,7%, Middelburg 4,9%), França (Nantes 41,3%, La Rochelle 5,6%), Portugal (Lisbon 0,4%) e América do Norte (Charleston 0,9%) (VASCONCELOS, 2024).

Também, mostra os comercializados por meio de passagens terrestres e fluviais entre as ilhas caribenhas, como: Rio de la Plata 13.000 (treze mil), Grenada 1,300 (mil e trezentos), Barbados, 13.000 (treze mil), Guadalupe 9,700 (nove mil e setecentos), e Antígua 3,300 (três mil e trezentos) (ELTIS & RICHARDSON, 2010). E por fim, no mapa, do lado direito, mostra aproximadamente o total do número de cativos, capturados na África e distribuídos, contabilizando aproximadamente 402.000 (quatrocentos e dois mil) embarques e 340.000 (trezentos e quarenta mil) desembarques. Sendo que, a maior quantidade dos escravizados comercializados de Loango desembarcaram nos portos britânicos, holandeses e franceses, sendo os holandeses, os principais comerciantes no século XVII. Depois, no século, foram os franceses que dominaram esse comércio, já entre as colônias caribenhas, São Domingos foi o maior destino individual (VASCONCELOS, 2024).

Dessa forma, contabilizou-se 1.410 viagens de navios negreiros, tornando a maior riqueza do comércio colonial a mão de obra negra, ou seja, a riqueza da Europa estava concentrada em uma

mercadoria viva e de raça negra e latina, que movimentou o maior comércio do Nordeste para o sistema internacional (VASCONCELOS, 2024). Ou seja, além dos negros, exerciam o papel de máquinas indústrias na produção de açúcar, algodão, tabaco, melão, anil, produzidos das grandes fazendas, estavam também sendo explorados no comércio das grandes indústrias na Inglaterra, com fornecimento de novos mercados coloniais, na área da agricultura e do comércio pesqueiro. Neste caso, as colônias eram obrigadas a enviar seus melhores produtos valiosos apenas para a Inglaterra, este demandante, era regido por Lei, um exemplo disso foi a criação das Leis de Navegação (WILLIAMS, 2012; GOMES, 2019). O que desencadeou o mercantilismo enquanto prática econômica diretamente ligada aos Estados Nacionais Modernos, a escravidão de negros e negras, continuou sustentando estes Estados que mediante uma política de rivalidade inflamada pela violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a raça foi elemento tecnológico central no sistema interno, neste artigo, está alinhado com a estrutura de criação de escravos como consequência a expansão da escravatura nos Estados Unidos, por isso, ela pode ser entendida enquanto elemento tecnológico que se recria através dela que alavanca outras tecnologias conectadas ao capitalismo racial, conectado a importação e exportação de humanos, conectado ao contrabando de escravos que estão conectados a produção, cultivo e venda de produtos agrícolas como açúcar, café, arroz, especiarias sendo isso um sistema financeiro agroexportador. Por isso a tecnologia racial fomentou o capitalismo racial dependente das principais dinâmicas que envolve: acumulação/desapropriação, crédito/dívida, produção/excedente, capitalista/trabalhador, desenvolvido/subdesenvolvido, contrato/coerção e outros, em que estes acontecem por meio da raça (JENKINS & LEROY, 2020). Porque para que houvesse a acumulação do capital precisou se ampliar as relações de desigualdade racial existentes, sendo este produto do sistema colonial e alimentada pela continuação do racismo. Isso ocorreu de duas formas, com a desapropriações violentas para acumulação de capital que operam intensificando e criando distinções raciais e da utilização da raça como ferramenta de naturalização de desigualdades produzidas pelo próprio capitalismo, que, além disso, a raça promove a distribuição desigual de recursos, poder social, direitos e privilégios.

Partindo desses pressupostos, o papel da raça enquanto tecnologia do agronegócio no sistema internacional moderno foi de recriação de novas tecnologias para a expansão da economia escravista na amplitude global. Partindo destes pressupostos, partimos da afirmação que a conexão entre EUA com o Brasil, e também Caribe, se deu através da dinâmica comercial de humanos, que acontecia em grande escala tanto no formato intra-americano quanto no intra-caribenho, isso aumentou a demanda da mão de obra negra intensificando ainda mais a captura de escravizados na África. Ambas as formas de escravidão desencadearam ou facilitaram revoltas, revoluções, crises e guerras. Essa conexão entre EUA com o Brasil fortaleceu-se ainda mais pós o decreto sobre o fim da escravidão proclamada pela princesa Isabel ao assinar a Lei Aurea em 1888, se mantendo no Atlântico, a escravidão com os navios mercantes com milhares de negros escravizados nos seus porões levados para os EUA que já tinha proibido a escravidão lá. Dessa forma, contabilizou-se 1.410 viagens de navios negreiros, tornando a maior riqueza do comércio colonial a mão de obra negra, ou seja, a riqueza da Europa estava concentrada em uma mercadoria viva e de raça negra e latina, que movimentou o maior comércio. Os negros, exerciam o papel de máquinas indústrias na produção de açúcar, algodão, tabaco, melação, anil, produzidos das grandes fazendas, estavam também sendo explorados no comercial das grandes indústrias na Inglaterra, com fornecimento de novos mercados coloniais, na área da agricultura e do comércio pesqueiro.

## REFERÊNCIAS

BARDER, Alexander D. **Global Race War: international politics and racial hierarchy**. New York, BOSSENBROEKNY: Oxford University Press, 2021.

DEGLER, Carl N. **Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and the United States**. Nova York, Macmillan Publishing, 1971.

DU BOIS, Web. **Worlds of Color**. Negócios Estrangeiros, 1925, vº 3, 44-423.

ELTIS, David, e RICHARDSON, David. **Atlas of the Transatlantic Slave Trade**. New Haven & Londres: Yale University Press, 2010. 307 p.

GOMES, Flávio dos Santos. (2019). *Planícies Goitacazes, séculos XVIII e XIX: da escravidão africana atlântica ao campesinato no imediato pós-abolição*. In. SYMANSKI, Luís Cláudio, GOMES, Flávio dos Santos. (Org). **Arqueologias da escravidão e liberdade: senzalas, cultura material e pós-emancipação na Fazenda do Colégio, Campos dos Goytacazes, séculos XVIII a XX**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019

GOMES, Laurentino. **Escravidão: Do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares**. Volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

JOBSON, Ryan Cecil. *“Dead Labor: On Racial Capital and Fossil Capital”*. In JENKINS, Destin, LEROY, Justin [Org]. **Histories of Racial Capitalism**. New York: Columbia University Press, 2020.

K-SUE, Park. **Race, Innovation, and Financial Growth: The Example of Foreclosure**. In Jenkins, Destin; Leroy, Justin (Eds.), *Histories of Racial Capitalism*. New York: Columbia University Press, 27-53. 2021

JENKINS, Destin, LEROY, Justin. *“Introduction: The Old History of Capitalism”*. In JENKINS, Destin, LEROY, Justin [Org]. **Histories of Racial Capitalism**. New York: Columbia University Press, 2020

MALM, Andreas. **Fossil capital: the rise of steam power and the roots of global warming**. London, New York: Verso, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004.

QUIJANO, Aníbal. **"Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina"** in Lander, Edgardo (Ed.) *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 201-246. (2000)

REGALADO, Pedro A. *“They Speak Our Language . . . Business”: Latinx Businesspeople and the Pursuit of Wealth in New York City*. In JENKINS, Destin, LEROY, Justin [Org]. **Histories of Racial Capitalism**. New York: Columbia University Press, 2020.

ROBINSON, Cedric. J. **Capitalismo racial: el carácter no objetivo del desarrollo capitalista.** Tabula Rasa, 2018.

ROBINSON, Cedric. **Black Marxism. The Making of The Black Radical.** Tradition: Londres, Zed Books, 1983; reimpresso por The University of North Carolina Press, 2000.

VASCONCELOS, Erica Paula. **Dos navios negreiros ao desembarque em Salvador-BA: o papel da cidade na formação do sistema internacional moderno.** 2024. (140f). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Relações Internacionais.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão:** tradução Denise Bottmann: 1. ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

**Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.**

**FINANCIAMENTO:** Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

**CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:** Erica Paula Vasconcelos: Conceitualização, Metodologia, Redação - Revisão e Edição. Validação. Virgínio Vicente Mendes: Supervisão, Recursos, Investigação.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar (quando isso se aplicar).

**Erica Paula Vasconcelos**

Doutoranda em Relações Internacionais (IRI PUC-Rio), bolsista CNPq Mestra em Relações Internacionais, (PPGRI-UNILA). Especialista em Relações Internacionais Contemporâneas (UNILA) e graduada em Relações Internacionais e no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (UNILAB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1698626449272110>.

**Virgínio Vicente Mendes**

Doutorando em História (PPGHIS-UFPR), bolsista CAPES. Mestre em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (UNEB), Licenciatura em História e graduado em Humanidades (UNILAB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4032056005065978>

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.